

viver a utopia: 80 anos da revolução espanhola

rafael cid

O universo é o local sem paredes.

Miguel Torga

Atualmente tornou-se um lugar comum entre muitos historiadores destacar o extraordinário número de publicações existentes sobre a Guerra Civil Espanhola de 1936-1939, apesar de seu caráter nacional. A tal ponto que não poucos historiadores advertem que, em termos relativos, existe mais bibliografia sobre esse conflito do que sobre as duas guerras mundiais ocorridas durante o século XX. Como explicação da aparente “anomalia”, argumenta-se o caráter polissêmico daquele enfrentamento na península ibérica. Certamente, alguns trabalhos se centraram em destacar o elemento fratricida da guerra. Outros focaram a luta de classes. E foram numerosas as investigações referidas à vertente internacional, analisando a intervenção de Benito Mussolini e de Adolf Hitler a favor do lado

Rafael Cid é jornalista e analista político. Foi redator chefe da revista Cambio 16 e membro da equipe de investigação do jornal El País. Contato: rafael.cid.estarellas@gmail.com.

franquista e de Joseph Stalin do lado republicano. Inclusive, como corolário, também não faltam textos referentes à onda de solidariedade que despertou a defesa da Segunda República frente ao levante militar entre muitos democratas do mundo, manifestada na criação das Brigadas Internacionais.

Provavelmente este inusitado interesse proveio, em boa medida, da presença no campo de batalha, como enviados de distintos meios de comunicação ou como simples combatentes, de conhecidos escritores e intelectuais. Uma larga lista que engloba figuras como Ernest Hemingway, W. H. Auden, John Dos Passos, Arthur Koestler, Kim Philby, Stephen Spender, Ilya Ehreburg, Mijail Koltsov, André Malraux, Saint-Exupéry, Octavio Paz, Simone Weill ou Georges Bernanos, entre muitos outros de relevância semelhante que deixaram relatos sobre aquela experiência (existem mais de 2.000 romances de temática centrada na guerra). Além de outras personalidades que com o passar do tempo adquiriram notoriedade na política mundial, como o italiano Pietro Nenni, o alemão Willy Brand e o iugoslavo Josip Broz Tito.

Ainda assim, não foi senão nos anos 1960 que se começou a falar da “revolução espanhola” e da decisiva participação do “movimento libertário” em seu desenvolvimento, episódio social que tinha sido excluído da narrativa convencional sobre a Guerra Civil, geralmente monopolizada pelo relato das manobras militares e das intrigas partidárias. Antes dessa “ruptura epistemológica”, em linhas gerais, a guerra da Espanha era tratada como um conflito armado em que, pela primeira vez, confrontaram-se as ideologias fascista e comunista, atribuindo a esta última a representação quase exclusiva do “antifascismo”. Essa ten-

dência bibliográfica, então majoritária, não levou em consideração que o Partido Comunista da Espanha (PCE) era praticamente inexistente nos anos que antecederam a guerra, sendo, ao contrário, o sindicato anarcossindicalista Confederação Nacional do Trabalho (CNT) a organização operária mais numerosa e arraigada do país.

Esta visão sectária e discriminatória de “assassinio intelectual” se enfraqueceu com o aparecer de trabalhos “politicamente incorretos”, até então marginalizados pela hegemonia ideológica-cultural deixada pela exitosa Revolução Russa. Autores como George Orwell, Burnet Bolloten, Noam Chomsky, Gastón Leval, John Brademas, Vernon Richards, Frank Mintz, Hans Magnus Enzensberger, Xavier Paniagua ou Walter L. Bernecker não só discutiam a liderança político-social dos combatentes comunistas, mas os consideravam como parte do problema e não da solução, complicando (ou dificultando) o *mainstream* sobre a guerra. A historiografia dissidente, que nasceu da necessidade dos vencidos de sua voz ser ouvida, revelou aspectos poucos tratados ou diretamente silenciados pelos escritores da crônica oficial. Foi provavelmente a obra de José Peirats, *A CNT na revolução espanhola*¹, lançada em 1969 pela editora parisiense Ruedo Ibérico, a primeira referência em questionar de maneira contundente a “epopeia comunista”.

O texto de Peirats é carregado de notas sobre esse “viver a utopia” que significava a proeza libertária na prática, como ficou claro no esplêndido documentário que leva esta expressão como título². O livro conseguiu um selo comercial apenas dezesseis anos após de ter sido publicado internamente pela própria central anarcossindicalista no exílio francês, momento em que a revolta de maio de 1968 “redescobria” as ideias anarquistas para as novas

gerações. Outro motivo da demora para que o livro fosse difundido é a própria figura do autor, pois foi um operário autodidata, sapateiro de ofício, e não um intelectual erudito ou um historiador profissional, quem escreveu o texto mais importante sobre a contribuição da CNT à guerra. Esse fato explicita como a tragédia da Guerra Civil representou um choque cultural cuja memória foi interpretada por nazifascistas e por comunistas (que tiraram proveito de sua posterior maior relevância internacional). Uma interferência que se converteria em uma nefasta cumplicidade quando, apenas cinco meses depois de concluir a Guerra Civil Espanhola, os exércitos sob o comando de Hitler e de Stalin invadiram a Polônia e os Balcãs, desencadeando com isso a Segunda Guerra Mundial.

O pacto de não-agressão germânico-soviético (na realidade, um pacto de agressão contra os países vizinhos) é um dos episódios mais infames da história contemporânea, porque permitiu uma interpretação unilateral, viciada e descontextualizada sobre alguns fatos que tiveram uma origem diametralmente oposta. Ao privilegiar-se o resultado daquela guerra, com uma URSS vencedora ao lado das potências antifascistas, evitando assim expor o impacto do acordo entre Hitler e Stalin (1939-1941) sobre a eclosão do conflito, a realidade dos fatos foi distorcida, contribuindo para potencializar o prestígio esquerdista de que em determinadas latitudes ainda goza o comunismo. Afronta intelectual que se manteve até os trabalhos pioneiros de Hannah Arendt revelando uma mesma identidade totalitária em ambos regimes. Graças à aliança secreta com a Alemanha nazista, Stalin pôde anexar pela força seis nações com as quais a URSS compartia fronteiras pelo seu flanco oeste.

Entretanto, os fatos da Guerra Civil Espanhola já prefiguravam essa impostura despótica e imperialista por parte de Moscou. Em pleno ano de 1937, quando os agentes do Komintern acoassavam as forças situadas à esquerda do PCE que, como a CNT e o Partido Operário de Unificação Marxista (POUM), mantinham viva a chama revolucionária, os expurgos estalinistas faziam estragos no Kremlin. Os chamados “processos de Moscou”, que culminaram com o assassinato de uma parte da velha guarda bolchevista e da cúpula do Exército Vermelho, tinham como um dos objetivos apagar as pistas sobre a estranha fraternidade que desde 1917 ligou a URSS à Alemanha. Além de semear o terror para se impor como único líder, Stalin utilizou os expurgos para eliminar testemunhas incômodas de sua agenda oculta.

Um recurso obscuro que, na realidade, encerrava um relicário de pactos secretos realizados ao longo de mais de duas décadas. No primeiro desses episódios, o maior oficial do exército alemão financiou a viagem de Lênin em um trem privativo do seu exílio na Suíça à estação de São Petersburgo, onde, no dia 3 de abril de 1917, o dirigente bolchevista chegou para liderar a Revolução de Outubro.

Um segundo momento da aproximação bolchevista-alemã, como se fora uma devolução de favor, consistiu-se na assinatura do tratado Brest-Litovsk, em 3 de março de 1918, acordo pelo qual a Rússia soviética saiu da Primeira Guerra Mundial ao selar a paz em separado com o Império Alemão, cedendo — ao capitular diante dos chamados Impérios Centrais — Finlândia, Polônia, Bessarábia³, Estônia, Lituânia, Ucrânia, Livônia e Curlândia⁴. Por fim, o último ato ocorreu em 1922, em Rapallo, na Itália, quando plenipotenciários de ambos governos acordaram

em utilizar o território soviético para treinamento do embargado exército alemão, sabotando assim os Tratados de Versalhes que impunham a desmilitarização e o desarmamento da Alemanha. Muitos revolucionários de primeira hora e militares de graduação eliminados por ordem de Stalin haviam colaborado nesses dispositivos que culminaram com o pacto entre os dois ditadores. No livro *Terras de sangue*⁵, Timothy Snyder faz uma descrição dessa confluência criminosas.

Tudo isso ocorreu em Moscou enquanto as potências democráticas contemplavam em silêncio a massiva assistência soviética em armas e assessores militares para ajudar o proletariado espanhol — que foi pago na realidade com todas as reservas de ouro do país — em sua luta contra o fascismo. Porque o Estado que o general Francisco Franco queria derrubar com o levante militar era uma “república democrática de trabalhadores de todas as classes”, segundo o artigo 1º da Constituição de 1931. Estamos falando de uma guerra que durou três anos em um dos países menos desenvolvidos da Europa, em sua costa mediterrânea e a poucos quilômetros do norte da África. Essa Espanha, cuja guerra comoveu o mundo, era nos anos 1930 uma nação de economia atrasada, fundamentalmente agrícola, com escassa infraestrutura industrial — concentrada, sobretudo, no norte catalão e basco — e com uma população de cerca de 24 milhões de pessoas com altos índices de analfabetismo. Nesse contexto, dominado por uma oligarquia latifundiária e uma igreja profundamente retrógrada, ocorreu o choque entre “as duas Espanhas”, a conservadora e integrista e a que insistia em construir uma democracia social avançada, aprofundando o rumo liberal aberto pelas Cortes de Cádiz de 1815 e recuperando as sementes

lançadas pela abortada experiência federalista da Primeira República de 1873.

Como do que se trata aqui é indicar o alento libertário que inspirou a guerra civil, não vamos fazer um relato exaustivo do que significou a disputa no plano bélico, coisa mais própria dos livros de história, mas sim dos elementos que marcaram seu ímpeto revolucionário. Em suma, essa perspectiva se reflete em quatro grandes momentos: o rechaço à tentativa golpista em Madri e Barcelona; a entrada da CNT no governo republicano; a repressão estalinista de maio de 1937; e a implementação das coletividades. Episódios que permitem desmascarar a confabulação da mentalidade totalitária contra a viabilidade da democracia direta e radical contida em todo projeto autogerido, solidário e emancipatório em escala humana. Voltaremos a isso mais adiante.

A sublevação militar liderada pelo general Franco contra a Segunda República foi contida nas duas cidades mais importantes do país, Madri e Barcelona, fazendo com que a guerra se prolongasse durante três longos anos. Esse fracasso inicial dos militares sublevados foi possível pela mobilização espontânea de uma grande parte da população que se uniu às forças leais ao regime, derrotando os amotinados muitas vezes antes de que pudessem sair de seus quartéis para ocupar os centros de poder. E foram principalmente os afiliados e simpatizantes da central anarcossindicalista CNT e da socialista União Geral dos Trabalhadores (UGT) que, frente à inanição das autoridades, assumiram desde o primeiro minuto o protagonismo da defesa daquela Constituição de trabalhadores. O relato daquela façanha popular foi feito pelo periodista libertário Eduardo de Guzmán, testemunha direta dos feitos, no livro *Madri Vermelho e Negro*⁶.

Deste modo, foi o povo em armas integrado por milicianos e soldados que, desde o primeiro instante, responsabilizou-se por parar o fascismo nas ruas. Um protagonismo que se deu no conjunto do movimento libertário (Confederação Nacional do Trabalho, Federação Ibérica Anarquista e Juventudes Libertárias) tanto no *músculo* quanto no *cérebro* da contraofensiva, dado que, quando ocorreu o levante franquista, a CNT sozinha já contava com cerca de um milhão de afiliados aguerridos na dura luta sindical. Essa relativa hegemonia libertária, destinada por mérito próprio a condicionar os primeiros meses da disputa, seria o que os comunistas espanhóis sob as ordens do Komintern soviético sabotariam mais adiante, controlando os quadros do exército, impondo “comissários políticos”, recorrendo a nomes de seus quadros para os postos de maior relevância na administração republicana, estabelecidos, assim, como agentes “da ajuda” recebida de Stalin. Para tanto, fizeram campanha contra as milícias anarquistas acusando-as de favorecer o inimigo ao “fazer a revolução ao mesmo tempo em que a guerra”.

Frente à apatia do primeiro governo republicano saído das urnas — que deram o triunfo à Frente Popular, em fevereiro de 1936 — começou-se a formar um novo governo de concertação nacional capaz de dar uma resposta eficaz ao desafio fascista. O gabinete que acabara de entrar, constituído em novembro daquele mesmo ano, foi presidido pelo socialista Francisco Largo Caballero e contou com a novidade de incluir entre seus membros quatro destacados militantes da CNT e da Federação Ibérica Anarquista (FAI): Federica Montseny no Ministério da Saúde, Juan López no Comércio, Juan García Oliver na Justiça, e Joan Piero na Indústria foram as pessoas designa-

das pelo Comitê Nacional da CNT para conduzir essa conjuntura histórica. Essa participação anarquista chocava-se frontalmente com a identidade antiautoritária do anarquismo e não fora prevista quando, no IV Congresso da CNT, celebrado em Zaragoza dois meses antes de eclodir a guerra, foram ratificados seus tradicionais princípios de não colaboração governamental.

Apesar de se tratar de um governo de guerra em uma situação excepcional, o acordo provocou fissuras nos órgãos confederativos e foi veementemente discutido por uma base que acreditava ver nas nomeações uma operação oculta para diluir o projeto revolucionário do anarcossindicalismo. Não obstante, havia um certo grau de coerência entre o feito de entrar em um governo de emergência nacional e a circunstância de que a central *cenetista* havia contribuído para a vitória da Frente Popular ao deixar a seus afiliados a liberdade de voto nas eleições. Por outro lado, nos escassos seis meses de duração da equipe de Largo Caballero, os ministros da CNT/FAI deram provas de sua capacidade de gestão constituindo em leis algumas de suas reivindicações programáticas. Especialmente notável foi o trabalho de Federica Montseny em áreas até então consideradas tabu, como a interrupção da gravidez em hospitais públicos, a proteção integral da infância ou os *liberatórios de prostituição*⁷. Por sua vez, García Oliver, um dos grandes protagonistas na defesa de Barcelona contra os fascistas, eliminou as taxas judiciais para fazer efetiva a justiça gratuita; destruiu os registros de antecedentes penais; derogou a Lei de Vagabundos e Meliantes [*Ley de Vagos y Maleantes*]⁸; elevou à categoria legal a teórica igualdade entre homens e mulheres; fechou os cárceres clandestinos dos partidos políticos; e proibiu os desencarceramentos extrajudiciais,

evitando que tais práticas fossem utilizadas para eliminar prisioneiros e adversários políticos⁹.

Os sucessos de maio de 1937 em Barcelona não apenas significaram a decadência do governo de Largo Caballero, mas também a ascensão política do PCE na direção da guerra e no domínio dos órgãos de decisão. A desculpa foi um ultimato dos comunistas para que as milícias *cenetistas* desocupassem a sede da Telefônica na cidade, sob o seu controle desde quando derrotaram os sediciosos nas ruas. Quando, depois de cinco dias de duros enfrentamentos, os comunistas com ajuda dos Guardias de Asalto¹⁰ conquistaram seu objetivo, ficou claro que aquelas jornadas de “guerra civil na guerra civil” encobriam o propósito dos emissários de Stalin de estrangular a revolução espanhola. Isso se traduziu em uma feroz perseguição contra anarquistas e trotskistas do Partido Operário de Unificação Marxista (POUM), que teve um de seus dirigentes, Andrés Nin, uma das vítimas dos sicários (pistoleiros profissionais) estalinistas sem que se tenha recuperado seus restos mortais.

O escritor inglês George Orwell, que trabalhava como correspondente de guerra nas fileiras do POUM, descreveu pontualmente os feitos no livro *Homenagem à Catalunha*, uma obra que se converteu em testemunho de acusação da ação contrarrevolucionária do comunismo. Aquela experiência inspiraria mais tarde duas de suas obras mais famosas, a sátira do estalinismo *Revolução dos Bichos* e a distopia futurista *1984*, em que Orwell mostra os mecanismos de dominação totalitária exercidos através da propaganda e do controle da informação.

Mas a pedra de toque da revolução libertária, o *locus* no qual se visualizava o ideal anarquista por antonomásia,

deu-se nas *coletividades*. Até aquele momento, nenhum país havia realizado um projeto de transformação social dessa magnitude. Milhões de homens e mulheres mobilizados, dezenas de milhares de hectares de território afetados em várias regiões distintas, retratavam um proletariado militante comprometido em tornar realidade um mundo novo, ao mesmo tempo em que se lutava contra os golpistas franquistas. Uma experiência inédita nos anais da emancipação que descansava sobre o feito indiscutível de que apenas aqueles que defendem o que sentem como seu podem aspirar a mudar a vida e não se limitar a suportá-la. Desafio que aplicava à realidade diária, em momentos de extrema dificuldade, o clássico provérbio castelhano “*pregar com o exemplo*” — aforismo relacionado ao “apoio mútuo”, inscrito no código ético do movimento libertário que, em sua aceitação mais cabal, inspirou a lógica da “propaganda pela ação”.

O fenômeno da coletivização da produção que se implantou durante a Guerra Civil Espanhola pode ser analisado desde muitos pontos de vista. Mas vale a pena aproximarmos-nos da sua definição mais simples e eloquente porque demonstra que o esforço feito por esse “viver a utopia” não significava outra coisa senão dar forma, na prática social, à definição acadêmica do conceito “economia”. Este é descrito pelo nekeynesiano Paul A. Samuelson, em seu clássico manual *Curso de Economia Moderna*, como “o estudo da maneira como os homens e a sociedade — fazendo o uso ou não do dinheiro — utilizam alguns recursos produtivos escassos para obter distintos bens e distribuí-los para seu consumo presente ou futuro entre as diversas pessoas e grupos que compõem a sociedade”¹¹. Recursos escassos, suscetíveis de usos alternativos, para satisfazer as necessida-

des humanas. Isso e nada mais é o que representaram as coletividades. Uma obra construída na distribuição equitativa dos bens comuns que, pela pureza de sua abordagem, implicava revolução. Um novo paradigma que ameaçava os princípios desiguais da sociedade da época e de todos os sistemas políticos hierárquicos baseados no domínio e na exploração, à direita ou à esquerda. Tal era seu grau de subversão: a autogestão do bem comum.

Neste contexto parece pertinente recorrer ao que disseram alguns dos historiadores emblemáticos da corrente “revisionista” sobre a experiência coletivista na Guerra Civil Espanhola. Para o francês Gastón Leval, aquele foi o momento em que se traduziu o ideal anarquista da “liberdade como base, igualdade como meio e fraternidade como fim”¹². O inglês Vernon Richards supôs ali “um experimento social mais interessante que qualquer outro, mais ainda que o russo, porque foi um movimento improvisado e espontâneo do povo”¹³. Na opinião do alemão Walther L. Bernecker, tratou-se de uma tentativa de “transformar em práxis na base da sociedade uma democracia cheia de conteúdo social”¹⁴. E, finalmente, o espanhol José Peirats indicava assim suas características: “aquele sistema tinha por base a exploração em comum por trabalhadores das fábricas, empresas e propriedade abandonadas ou ocupadas. Os patrões dispostos a colaborar eram incorporados como outros tantos coletivistas, ou, como no caso dos pequenos proprietários e artesãos, era-lhes permitida a exploração individual de sua indústria ou da parte capaz de cultivar sozinho por seu esforço familiar, sob a condição de não empregar mão de obra assalariada”¹⁵.

Vemos nessas notas alguns dos principais sinais de identidade do fenômeno coletivista. A saber: que sua

atividade, com diversa intensidade, se estendeu a todos os ramos da atividade produtiva (agricultura, pecuária, indústria, serviços e empresas); que existiu uma vontade inicial de unir os princípios libertários com a imperiosa necessidade de atender às necessidades da população; e que se tentou evitar que a fórmula coletivista fosse utilizada para um ajuste de contas contra os “inimigos de classe”, reduzindo ao mínimo as expropriações forçadas. Talvez esses cuidados foram tomados diante da experiência histórica da Rússia soviética, onde se procedeu o despojo violento das terras pelo Exército Vermelho, provocando o rechaço do mundo camponês e propiciando os anos posteriores de fome frente à ineficácia dos burocratas soviéticos para fazer as terras serem produtivas. Curiosamente, isso não evitou que fossem precisamente os “homens de Moscou” no governo que instigassem a ofensiva contra as coletividades, tentando conquistar o favor do pequeno e médio empresário rural.

A Catalunha, Aragão, a região levantina (Valência e Murcia) e as duas Castelas (La Mancha e Vieja) foram as zonas onde as coletivizações tiveram maior presença. Um total de mais de trinta milhões de pessoas e cerca de 2 mil coletividades estiveram envolvidas. E, ainda que a CNT tenha sido seu principal dinamizador, também houve coletividades geridas pela UGT e, em menor medida, por membros do PCE. Especialmente significativo foi o que se sucedeu nas terras aragonesas, onde uns seiscentos povoados coletivizados colocaram em prática seu plano de transformação social e de “apoio mútuo”, servindo além das necessidades de abastecimento da linha de frente, sob a direção técnica-administrativa do Conselho de Aragão. À simbiose revolucionária que se estabeleceu entre o povo

em armas e as coletividades, como reconhece o professor Alejandro R. Díez Torre, deve-se o feito excepcional de que Aragão foi “o único caso de território reconquistado aos rebeldes [franquistas] contra a República”¹⁶.

O balanço que este autor faz do trabalho nessas coletividades contém a refutação de um dos mitos principais do capitalismo, de que somente a propriedade privada dos meios de produção e a competência asseguram riqueza social. Assim, podemos ler que “a paisagem agrária coletiva se alterou quando centenas de arados mecânicos, ceifas, semeadoras povoaram o campo e, no prazo de apenas um ano, elevaram a mecanização das tarefas camponesas em 50%”, dando “incrementos agrícolas, durante o ano de 1937, de 20% sobre os anos anteriores”¹⁷. Tudo isso em plena guerra e submetendo as decisões estratégicas ao consenso das assembleias num regime de democracia direta. Um *know-how* comunitário e sustentável que seria ratificado cientificamente nos estudos de Elinor Ostrom sobre as instituições de ação coletiva, que lhe renderam o Prêmio Nobel de economia no ano de 2009.

As coletividades em funcionamento durante a Guerra Civil Espanhola não eram apenas unidades de exploração econômica. Junto a essa atividade central existia a comuna, um espaço onde se expressava a sociedade civil sem autoritarismos degradantes. Além de facilitar o abastecimento para a linha de frente e servir as tropas para se recuperar da fadiga da guerra, o autogoverno das famílias ali congregadas criou suas próprias normas de solidariedade e convivência. Até poderia afirmar que em seu seio promoveram medidas precursoras do que logo se chamaria de “Estado de bem-estar”. Eram regras frequentes em muitos estatutos das coletividades agrárias

a existência de um salário familiar; a isenção de trabalho aos menores de 15 anos e maiores de 60; a pensão para as viúvas; o cuidado com os órfãos e os inválidos, entre outras medidas sociais. Houve, também, a abolição do dinheiro como meio de pagamento interno. Um esboço de cosmopolitismo sustentável, erguido desde o plano da democracia de proximidade, que recorda o enunciado do grande escritor português Miguel Torga: “o universo é o local sem paredes”¹⁸.

Além da organização horizontal coletiva, as coletividades se estruturavam sobre um eixo vertical ascendente e confederado que dava coerência solidária e apoio técnico ao conjunto. Os Conselhos Municipais e as Comarcas pareciam responder ao princípio colaborativo de “um por todos e todos por um”, favorecendo a transferência de conhecimento e assistência mútua entre as diferentes unidades econômicas de cada zona. Esta rede de unidades produtivas e de convivências em escala humana, de baixo para cima, tem sido também objeto de interesse por parte de alguns sociológicos e economistas que contestam o modelo de concentração econômica e política que vigora no capitalismo como um fator de desigualdade e ineficácia. Inclusive algumas das propostas mais inovadoras neste âmbito se inspiraram na experiência das coletividades. É o caso do austríaco Leonardo Kohr, Prêmio Nobel Alternativo¹⁹ de 1983 e autor da célebre expressão “o pequeno é belo”, utilizada para denunciar a ideologia do gigantismo. Um conceito que foi inspirado pelo estudo das coletividades de Aragão durante a sua estadia na Espanha como correspondente de guerra independente. Seu herdeiro intelectual, Fritz Schumacher, alcançou reconhecimento mundial em 1970

com um livro de mesmo título, considerado atualmente como o *vade-mécum* da economia sustentável.

Desconhecíamos que futuro esperava as coletividades libertárias porque seus adversários ideológicos as mataram muito antes do que poderiam fazer os próprios franquistas. Em seu caminho para monopolizar todo o poder no partido, o PCE — instrumentalizado pela URSS — impôs-se com o objetivo de acabar com essa experiência antiautoritária pouco depois de ter conseguido apagar do mapa os seus antagonistas do POUM. Contudo, não foi suficiente a ação subterrânea de pistoleiros e da polícia secreta da URSS, sendo preciso aparelhar as unidades do exército republicano sob a sua influência para dar o golpe de misericórdia àquela experiência histórica de revolução social. A duvidosa honra de desmantelar as coletividades e reintegrar as terras a seus antigos proprietários correspondeu a Enrique Lister, dirigente estalinista formado militarmente na Academia Franze de Moscou, que, à frente da XI Divisão, dissolveu o emblemático Conselho de Aragão e deteve seus dirigentes com as mesmas práticas mafiosas. Culminou desta forma a onda reacionária iniciada meses antes na Catalunha com o ataque surpresa *anticenetista* realizado por forças comunistas.

Neste ponto é que costumam terminar as histórias sobre as coletividades. Mas isso supõe mostrar só a parte visível do iceberg. O que constituiu o princípio ativo da revolução espanhola não pode ser reunido em toda sua integridade analisando apenas seus efeitos. É preciso remontar às causas primeiras para conhecer o que a fez possível, qual era seu alento vital. Como escreveu o sábio e naturalista do século XVIII, Carlos Lineu, “*natura nom facit saltus*” (a natureza não dá saltos), e pensar que a transformação social

que empreendeu uma parte do povo espanhol em armas contra o fascismo foi um ato manifestado ou improvisado incide na categoria do pensamento mágico. Os homens e mulheres que resistiram em 1936 eram o último elo de um proletariado militante forjado no racionalismo crítico, no apoio mútuo e na aposta libertária. Gente que, como disse Buenaventura Durruti ao jornalista canadense Von Passen na linha de frente, “leva um mundo novo em seus corações que crescem a cada instante”.

O adubo que dinamizou aquele espírito indomável se desenvolveu graças à emergência de uma sociedade paralela ao Estado e à Igreja promovida pelo espírito livre-pensador, cujo ponto culminante se deu na fundação em Barcelona da Escola Moderna, por Francisco Ferrer i Guardia, em 1901, sob a pauta de “uma educação racionalista, secular e não coercitiva”. Foi meio século de cultura e ação anarquista, semeando “a ideia” através dos múltiplos ateneus e associações de todo tipo, com atividades que iam desde a instrução operária ao feminismo, e que impulsionaram a autonomia pessoal frente à delegação suplantadora da própria experiência. Conferências, debates, cursos preparatórios, escolas diurnas, cursos noturnos, leituras, bibliotecas, jornais, livros, folhetos, noites artísticas, excursões campestres, naturismo, nudismo e ensino de esperanto figuravam no leque de extensão cultural do universo libertário para a plena emancipação.

Uma forma de ser no mundo que se encontrava com os princípios reitores estabelecidos na Primeira Internacional na qual se afirmava a máxima: “a emancipação dos trabalhadores há de ser obra dos próprios trabalhadores”, complementada por: “não mais deveres sem direitos nem mais direitos sem deveres”. Igualdade, fraternidade e responsabi-

lidade através da ferramenta política do autogoverno como projeto de uma autêntica democracia social e humanista. Segundo o estudo realizado pelo pesquisador Francisco Javier Navarro, somente na comarca levantina durante a Segunda República operavam 54 atentos libertários: 16 em Valência-Cidade, 16 em Valência-República, 17 em Alicante-Província, e 5 em Castellón-Provincial.²⁰

Todo o exposto não significa ocultar nem dispensar a parte negativa da tragédia humana que assolou a Espanha durante um triênio somente ao golpe militar franquista. A esquerda também cometeu erros, excessos e provocou situações totalmente reprováveis, por ação e por omissão. E não apenas ao soltar as rédeas, neste caso com especial incidência no setor ácrata, ao seu visceral anticlericalismo, que em ocasiões chegou a converter-se em perseguição religiosa. Nesse quesito não há nada a vangloriar-se, senão a retificar-se. Desmandos e hostilidades, em qualquer caso, muitas vezes utilizados como válvula de escape para as humilhações e privações a que as classes populares se viram submetidas durante gerações pelo poder de caudilhos e de seus correligionários institucionais. Não há nobreza na guerra, nem honra, ainda que seja em defesa própria. Toda guerra sempre é bárbara.

Para finalizar, e apenas como apontamento de perfil filosófico, cabe fazer notar que o projeto das coletividades permitiu explorar um dos nós górdios do anarquismo: a dificuldade do sujeito autônomo em uma sociedade holisticamente heterônoma. E o fez demonstrando na prática que o processo transformador é viável se está na cabeça das pessoas, se produz uma nova consciência do indivíduo como “*zoon politikón*” (animal político) de baixo para cima, e nunca ao contrário, como pretendiam os bolchevistas, impondo praticamente por decreto a mentalidade revolucionária

desde o aparato de Estado (de cima para baixo). No primeiro caso, segue o modelo cooperativo de Mikhail Bakunin: “sou livre apenas quando todos os seres humanos que me rodeiam são igualmente livres”. No segundo, entra em ação a fórmula delegativa de Vladimir Lênin que, ao considerar a liberdade de um em competição com a liberdade dos outros, reproduz a ideologia liberal e, com isso, a necessidade do Estado como árbitro supremo. Precisamente a deriva tomada pela Guerra Civil Espanhola ao impor a doutrina heterônoma comunista demonstrou o fracasso desta abordagem. Abortou a revolução social e perdeu a guerra.

Visto com a perspectiva que se oferece o octogésimo aniversário da Revolução Espanhola, a pergunta pertinente seria: qual é o legado do “positivismo libertário” que refletiam as coletividades? E a resposta é que este tem sobrevivido mais além das siglas e das conjunturas como um anarquismo nômade, incorporado na vida diária das pessoas. Fenômenos como a rebelião dos indignados do 15-M e sua capacidade expansiva provam a vitalidade do antiautoritarismo, enquanto a grande ideologia da família socialista, a autoridade do proclamado “socialismo científico”, tem passado ao álbum da história. Hoje, o anarquismo segue vivo, mas sem denominação de origem, nem cédulas de identidade, e aparece polinizando tudo como a principal alternativa vital ao oximoro da “democracia capitalista”. Tanto em nível coletivo como no âmbito individual, o ativismo emancipatório se instalou na vida real, geminando redes de apoio mútuo, ação direta e autogestão que crescem a cada instante para constituir um novo imaginário social em escala humana. Embora haja risco de cair no vício de uma sobrevalorização do presente, seria possível afirmar que este sopro vital tem contagiado outras tradições culturais, teoricamente distintas e distantes,

como as “primaveras árabes”. Um rebelde egípcio da Praça de Tahrir, no Cairo, raciocinava assim em um blog: “Nos demos conta que, de fato, a organização estatal era a desorganização máxima, porque se baseava na negação da faculdade humana de organizar-se”.

O novo anarquismo existencial, que em 1936 era sobretudo militante, operário e agressivo, se fez proativo, dissidente, multiforme e cotidiano, surgindo em qualquer parte como que por geração espontânea. Um expoente deste anarquismo antagonista encontramos no insólito gesto do artista Santiago Sierra, um dos criadores espanhóis de maior reconhecimento mundial, representante na Bienal de Veneza, ao renunciar publicamente ao Prêmio Nacional de Artes Plásticas de 2010 concedido pelo governo espanhol, em protesto contra as barbáries e atropelos do Estado e do Capital. Sierra posicionou-se com esse contundente argumento ético: “Este prêmio instrumentaliza em benefício do Estado o prestígio do premiado. Um Estado que pede a gritos legitimação frente a um desacato sobre o mandato de trabalhar para o bem comum sem importar que partido ocupe o posto. Um Estado que participa de guerras dementes aliado com um império criminoso. Um Estado que doa alegremente o dinheiro comum aos bancos. Um Estado empenhado na desmontagem do Estado de bem-estar em benefício de uma minoria internacional e local. O Estado não somos todos. O Estados são vocês e seus amigos. Portanto, não me contem entre eles, pois eu sou um artista sério. Não senhores, NÃO. Global Tour. Saúde e Liberdade”. A utopia libertária se reinventa no mundo globalizado como *Democra-Acracia*.

Tradução do espanhol por Victor Sakamoto e revisão técnica de Thiago Rodrigues.

Notas

¹ José Peirats. *La CNT en la revolución española*. Barcelona, Ruedo Ibérico, 1978.

² Juan Gamero. *Vivir la Utopía*. TVE, 1997. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=-uSIYJxknS4> (acesso em: 22/04/2016).

³ Bessarábia fazia parte do atual território romeno e era reconhecido pelo Império Russo como a parte oriental do principado da Moldávia. Após o pacto germânico-soviético de não-agressão (1939), a URSS declarou seu interesse por Bessarábia, sem objeção por parte da Alemanha nazista. Aproveitando da circunstância de que o Reino Unido resistia sozinho aos países do Eixo (Alemanha, Itália e Japão) no primeiro ano da Segunda Guerra Mundial, Stalin avançou com as tropas soviéticas até Bessarábia, formando a República Soviética da Moldávia (com anexação de Romênia). Mais tarde, quando as tropas romenas junto, às tropas alemãs, invadiram a URSS, Bessarábia passou a ser novamente parte da Romênia. Armando López. “Rumania e Beserabia” in *El País*. Disponível em: http://elpais.com/diario/1986/02/03/opinion/507769213_850215.html (acesso em: 22/04/2016).

⁴ Curlândia, Livônia e Estônia eram as três províncias bálticas do antigo Império Russo, que corresponde atualmente ao território da Letônia (Curlândia e Livônia). Além disso, eram as únicas partes do Império cuja população era majoritariamente protestante (luterana). A Letônia obteve sua independência depois da Primeira Guerra Mundial e da Revolução Russa, sendo, em 1940, anexada à URSS. Tornou-se novamente independente em 1991. Biblioteca Digital Mundial. *Curlândia, Livônia y Estonia*. Disponível em: <https://www.wdl.org/es/item/9181/> (acesso em: 12/03/2016).

⁵ Timothy Snyder. *Terras de sangue: a Europa entre Hitler e Stalin*. Tradução de Mauro Pinheiro. Rio de Janeiro, Record, 2012.

⁶ Eduardo de Guzmán. *Madrid Rojo y Negro*. Madrid, Oberón, Colección Memoria 43, 2004

⁷ De acordo com as palavras da própria ministra Federica Montseny em seu livro *Meus primeiros quarenta anos [Mis primeros cuarenta años]*, os liberatórios de prostituição eram casas discretas (abrigos) nas quais as mulheres que não quisessem continuar na profissão podiam encontrar uma habitação, trabalho, ter formação educacional, etc. Montse Neira. “La abolicion de la prostitución era imposible’. Federica Montseny” in

Prostitución: una visión (sub)objetiva compleja y global. Disponível em: <http://prostitucionrealidadessociales.blogspot.com.es/2012/01/abolicion-de-la-prostitucion-era.html> (acesso em: 22/04/2016).

⁸ Lei do código penal espanhol de 8 de agosto de 1933 referente ao tratamento a “vagabundos”, nômades, cafetões, gigolôs e outros grupos considerados antissociais. Esta lei foi aprovada por consenso por todos os grupos parlamentares da Segunda República. Podia ser utilizada para sancionar comportamentos que, sem serem delitivos, eram inconvenientes ou mal visto pela sociedade. Foi também utilizada no controle de mendigos e, mais tarde, na repressão aos homossexuais, através de medidas de afastamento, controle e retenção. Ou seja, uma legislação utilizada de forma arbitrária e autoritária, que perseguia e excluía os “miseráveis” e “depravados” do convívio social. Antonio Maestre. *Campos de concentración para vagos y maleantes en España*. Disponível em: <http://www.lamarea.com/2013/11/24/campos-de-concentracion-para-vagos-y-maleantes-en-espana/> (acesso em: 22/04/2016).

⁹ Durante a Guerra Civil, principalmente entre 1936 e 1937, foi usual, por parte dos dois lados do conflito, a prática das “sacas”, que consistiam na remoção de prisioneiros dos cárceres para serem executados e, seus corpos, descartados [N.E.].

¹⁰ Corpo policial criado durante a Segunda República com o intuito de manter a ordem pública e ser fiel ao regime republicano. Destinado a atuar em aglomerações tais como manifestações, desfiles, festividades, etc., e nas tentativas de alteração da ordem pública. Em dezembro de 1933, interveio nos levantamentos anarquistas e, em 1934, reprimiu os distúrbios em Barcelona e a greve em Madri. Era a elite das forças de segurança a serviço do regime republicano. Las Claves del Misterio. *Guardia de Asalto Republicana*. Disponível em: <http://lasclavesdelmisterio.blogspot.com.es/2011/01/guardia-de-asalto-republicana.html> (acesso em: 22/04/2016).

¹¹ Paul Samuelson. *Curso de Economía Moderna*. Madrid, Aguilar, 1979.

¹² Gastón Leval. *Colectividades Libertarias en España*. Coleção Anatema. Madri, Aguilera, 1977, p. 17.

¹³ Vernon Richards. *Enseñanzas de la Revolución Libertaria*. Ensaio I. Madri, Campo Abierto, 1977, p. 117.

¹⁴ Walther L. Bernecker. *Colectividades y Revolución Social: El anarquismo en la guerra civil española, 1936-1939*. Barcelona, Crítica, 1982, p. 447.

Viver a utopia: 80 anos da Revolução Espanhola

¹⁵ Jose Peirats. *LA C.N.T. en la Revolución Española*. Tomo I. Madri, Ruedo Ibérico, 1978, p. 274.

¹⁶ Alejandro R. Díez Torre. *Trabajan para la Eternidad: Colectividades de trabajo y ayuda mutua durante la Guerra Civil en Aragón*. Madri, La Malatesta – PUZ, 2009, p. 12

¹⁷ Idem.

¹⁸ Ibidem.

¹⁹ O Prêmio foi criado em 1980 pelo filatelista sueco-alemão Jacob von Uexkull para homenagear e apoiar pessoas que “propõem soluções concretas e exemplares aos desafios do mundo atual”. É concedido todos os anos em uma cerimônia que se celebra no parlamento sueco. Desde seu início, 162 indivíduos e 67 organizações foram premiadas. Historicamente tem sido entregue a ativistas de diferentes campos como defesa dos direitos humanos, justiça social, paz e desarmamento, promoção de minorias, desenvolvimento da agricultura, ciência e tecnologia, luta contra a fome, proteção da infância e tutela do meio-ambiente. Disponível em: <http://www.rightlivelivelihood.org/> (acesso em: 22/04/2016) [N.E.].

²⁰ Francisco J. Navarro. *Ateneos y Grupos Acratas*. Valencia, Generalitat Valenciana, 2003, pp. 583–584.

Resumo

Este artigo retoma os acontecimentos da Revolução Espanhola para se perguntar sobre o legado dessa experiência libertária. Conclui que o anarquismo segue vivo, incorporado no cotidiano das pessoas e manifesto em movimentos contemporâneos como o 15M, a Praça Tahrir ou na recusa de um artista em participar de prêmio oferecido pelo Estado. As práticas livres dos militantes combatentes dos anos 1930 são redimensionadas em um mundo globalizado nas atitudes que afirmam uma Demo-ocracia.

Palavras-chave: Revolução Espanhola, anarquismo, resistências.

Abstract

The article sheds lights on the Spanish Revolution in order to analyze the legacy of this libertarian experience. It concludes by claiming that the Anarchism is still alive in people's daily activities, in contemporary movements such as the Spanish 15M, the Egyptian upheavel at Tahir Square, or the refusal to receive a award by a Spanish artist. The free practices by the 1930's Anarchists have been updated in a globalized world through attitudes that affirm a demo-ocracy.

Keywords: Spanish Revolution, anarchism, resistances.

Living the Utopia: 80 years of the Spanish Revolution, Rafael Cid.

Recebido em 20 de março de 2016. Confirmado para publicação em 15 de abril de 2016.